



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6867 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS
 Andressa Maris Rezende Oliveri - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
 Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEMIG

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS

As mudanças sociais têm exigido do Estado políticas públicas em diferentes áreas de modo a garantir o bem estar da população. No Brasil, os anos 2000 foram marcados por um aumento do número de políticas e programas como a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério, o Plano Nacional de Educação (PNE), Plano de Ações Articuladas (PAR), de forma a propiciar o acesso à educação de qualidade.

O exame dos aspectos teórico, histórico, epistemológico e metodológico do campo da política educacional é importante para a compreensão dos trabalhos produzidos e das ações do Estado no atendimento às reivindicações da sociedade. De acordo com Morosini (2015), as pesquisas tipo estado do conhecimento são importantes para a apreensão do campo de pesquisa, por auxiliar na produção de novos trabalhos e ampliar os conhecimentos sobre as diversas áreas de formação e pesquisa.

Este trabalho visa o reconhecimento dos estudos que utilizam a abordagem do ciclo de políticas proposta por Bowe; Ball, 1992. Ela pode ser usada como referencial teórico e/ou metodológico na análise ou avaliação de políticas e programas, sendo composta por três principais contextos: influência, produção do texto e prática. O contexto de influência trata dos discursos que constituem a política; o contexto de produção de texto traz aspectos e embates políticos que culminam na produção do texto político que chegará para a sociedade. Já o contexto da prática trata da interpretação do texto político e a sua colocação em prática pelos atores sociais. Posteriormente, foram constituídos os contextos de resultados e de estratégia política, este inserido no contexto de influência e aquele no contexto da prática.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de mapear e discutir a produção acadêmica referente às teses que utilizaram essa abordagem no exame das políticas e programas educacionais no período entre 2010 e 2019. O levantamento dos estudos foi feito no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os seguintes termos para a busca: “ciclo de políticas; Ball; programa de formação de professores”.

Em um primeiro momento, foram localizadas 87 teses no Banco da Capes e 34 no BDTD. Elas foram separados a partir da leitura dos resumos e palavras-chave. Foram selecionados aquelas que tem como objeto de pesquisa a avaliação de políticas ou programas de educação e/ou formação docente que utilizaram o ciclo de políticas como referencial teórico e/ou metodológico de análise. A escolha por estas temáticas se deu pelo interesse em compreender o modo como ela é utilizada para compreensão dos diferentes contextos de análise das políticas e programas educacionais.

Desta forma, foram encontrados no repositório da Capes 11 estudos distribuídos nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2019. Já o BDTD continha 7 estudos referente aos anos de 2010, 2014, 2018, 2019. A maior produção de estudos, considerando os dois repositórios, ocorreu nos anos de 2014 e 2016 com 4 estudos em cada ano, seguido do ano de 2019 com 3 estudos. Na análise da produção por região, verifica-se o seguinte panorama: Sudeste 7; Sul 8; Nordeste 2; Norte 1. Já por IES tem-se: as federais 12; estaduais 2; privadas 4 trabalhos. Nota-se a importância das IFES, apresentando 67% das produções encontradas, no contexto de formação de pós-graduados e pesquisas desenvolvidas na área.

Os estudos foram separados em eixos temáticos para compreender o modo como o referencial teórico-metodológico do ciclo de políticas foi utilizado na avaliação e análise dos objetos. Foram encontrados os seguintes eixos: política curricular; identidade docente; formação de professores, educação inclusiva e diversidade; políticas de formação de professores indígenas; política de leitura no século XXI e EJA; formação para a educação básica; PIBID; formação continuada a distância e UAB; política educacional, profissionalização e valorização docente; PROEJA e prática pedagógica; educação integral e Programa Mais Educação; implementação do PARFOR; política educacional e uso das TDIC, Bolsa Alfabetização e professores iniciantes; formação inicial e carreira nos documentos do Banco Mundial.

Mendes et al. (2019), analisaram as teses e dissertações, no período de 2000 a 2010, discutindo o campo da política educacional. Elas apontam que o tema da política foi pouco explorado e a maioria dos trabalhos abordava temas como gestão e financiamento da educação. Além disso, eles voltam-se para o setor público, em detrimento do setor privado como o sistema S, organizações não governamentais e sindicatos. No momento deste levantamento das teses, constatou-se também que grande parte delas discutiam as ações do primeiro setor. Entretanto, houve um trabalho que tratou das políticas de formação de professores indígenas na perspectiva do Estado e do movimento indígena e organizações indigenistas.

Os estudos identificados trazem aspectos da agenda neoliberal para a educação no Brasil, iniciada ainda nos anos 1990, como o sistema de currículo, avaliação, formação continuada realizada pelas instituições privadas, formação a distância aligeirada, projetos de formação que não possuem um fio condutor e integrador, controle avaliativo, foco na eficiência, responsabilização dos docentes pela sua formação e desempenho dos alunos. Para Mendes et al. (2019), as várias temáticas de investigação são o reflexo da descontinuidade e da pouca articulação das políticas nas esferas municipal, estadual e federal. O regime de colaboração entre os entes federados é adotado pelas unidades da federação, mas o que se vê são políticas de governo na área educacional e a necessidade de constituição de um sistema de ensino organizado para todo o país.

Observa-se que muitos estudos trouxeram o ciclo de políticas combinado com outras correntes teóricas como materialismo histórico, pós-estruturalismo, avaliação de políticas, teoria do campo de Bourdieu, discurso e poder de Foucault, políticas públicas e formação de professores. Eles discutem os três principais contextos, outros têm enfoque no contexto de

influência e contexto da prática, ligado ao currículo e ao processo de formação docente, no sentido de compreender em que medida o programa engendrado influencia neste processo. Apenas dois trabalhos discutiram o processo de implementação de programas a partir de questões ligadas ao seu impacto referente aos resultados e efeitos da política na prática e formação, avaliação de políticas públicas e desconstrução e reconstrução do discurso por meio da análise textual discursiva.

Assim, percebe-se que esta abordagem foi aplicada na compreensão das políticas e programas educacionais a partir dos movimentos dos atores envolvidos no processo de implementação e nas mudanças provocadas na prática e currículo de formação docente. Ela é utilizada como teoria e metodologia na análise das políticas públicas, enfocando os três principais contextos. Há poucas discussões sobre os impactos das políticas sob a ótica dos resultados e efeitos a partir da ação dos atores envolvidos.

Palavras-chave: Formação de professores. Política educacional. Ciclo de políticas.

REFERÊNCIAS

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. *Reforming education e changing schools: case studies in Policy Sociology*. London: Routledge, 1992.

MENDES, V.; PERRELA, C. dos S. S.; CRUZ, R. E. A delimitação do objeto na pesquisa em política educacional. In: *Jornal de Políticas Educacionais*, v, 13, n.8, fev. 2019.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. *Revista Educação*. Santa Maria, RS. V.40, n.1, p.101-116, jan./abr. 2015.